

Artigos livres

A formação continuada de educadoras do campo da Escola Ernesto Che Guevara – MT em educação ambiental campesina

Continuing education for rural educators at the Ernesto Che Guevara
MT – School in rural environmental education

Formación continua para educadores rurales en la Escuela Ernesto
Che Guevara – MT de educación ambiental rural

Elizana Monteiro Santos¹ 

¹ Universidade Federal do Maranhão , São Luís, MA, Brasil

RESUMO

Este artigo analisa o processo de formação continuada em Educação Ambiental Campesina e suas repercussões nas práticas pedagógicas de educadoras da Escola Estadual Ernesto Che Guevara, localizada no Assentamento Antônio Conselheiro, em Tangará da Serra, Mato Grosso. A pesquisa toma como referência a experiência do Curso de Especialização em Educação Ambiental Campesina, desenvolvido pela Universidade Federal de Mato Grosso em articulação com instituições públicas e movimentos sociais do campo. O estudo indica que a formação continuada, organizada pela pedagogia da alternância e pelos círculos de cultura, contribuiu para aproximar escola, comunidade, território, trabalho, cultura camponesa e questões socioambientais. Defende-se que a Educação Ambiental Campesina, ao dialogar com a Educação do Campo, favorece práticas educativas contra-hegemônicas, capazes de problematizar o modelo de desenvolvimento dominante, valorizar os saberes dos sujeitos do campo e fortalecer ações coletivas em defesa da vida, da agroecologia, da reforma agrária popular e da sustentabilidade socioambiental.

Palavras-chave: Educação Ambiental Campesina; Formação continuada; Educadores do campo; Escola do campo

ABSTRACT

This article analyzes the process of continuing education in Peasant Environmental Education and its repercussions on the pedagogical practices of educators at Ernesto Che Guevara State School, located

in the Antônio Conselheiro Settlement, in Tangará da Serra, Mato Grosso, Brazil. The research is based on the experience of the Specialization Course in Peasant Environmental Education, developed by the Federal University of Mato Grosso in partnership with public institutions and rural social movements. The study indicates that continuing education, organized through alternation pedagogy and culture circles, helped bring together school, community, territory, work, peasant culture and socio-environmental issues. It argues that Peasant Environmental Education, in dialogue with Rural Education, supports counter-hegemonic educational practices that problematize the dominant development model, value the knowledge of rural subjects and strengthen collective actions in defense of life, agroecology, popular agrarian reform and socio-environmental sustainability.

Keywords: Peasant Environmental Education; Continuing education; Rural educators; Rural school

RESUMEN

Este artículo analiza el proceso de formación continua en Educación Ambiental Campesina y sus repercusiones en las prácticas pedagógicas de educadoras de la Escuela Estatal Ernesto Che Guevara, ubicada en el Asentamiento Antônio Conselheiro, en Tangará da Serra, Mato Grosso, Brasil. La investigación toma como referencia la experiencia del Curso de Especialización en Educación Ambiental Campesina, desarrollado por la Universidad Federal de Mato Grosso en articulación con instituciones públicas y movimientos sociales del campo. El estudio indica que la formación continua, organizada por la pedagogía de la alternancia y los círculos de cultura, contribuyó a aproximar escuela, comunidad, territorio, trabajo, cultura campesina y cuestiones socioambientales. Se sostiene que la Educación Ambiental Campesina, al dialogar con la Educación del Campo, favorece prácticas educativas contrahegemónicas, capaces de problematizar el modelo de desarrollo dominante, valorar los saberes de los sujetos del campo y fortalecer acciones colectivas en defensa de la vida, la agroecología, la reforma agraria popular y la sostenibilidad socioambiental.

Palabras clave: Educación Ambiental Campesina; Formación continua; Educadores del campo; Escuela del campo

1 INTRODUÇÃO

Este artigo resulta de uma investigação vinculada ao Curso de Especialização em Educação Ambiental Campesina da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT. Seu objetivo é compreender de que modo a formação continuada das educadoras do campo contribui para a construção de práticas pedagógicas em Educação Ambiental na Escola Estadual Ernesto Che Guevara, situada no Assentamento Antônio Conselheiro, em Tangará da Serra, Mato Grosso.

A Especialização em Educação Ambiental Campesina constituiu-se como uma experiência de formação continuada orientada por princípios freirianos, pela pedagogia da alternância e pela valorização dos saberes produzidos nos territórios camponeses. O curso foi realizado pela UFMT, pelo Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte – GPEA, pelo Instituto Federal de Mato Grosso – Campus São Vicente e pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, tendo como espaço de realização o Centro de Formação e Pesquisa Olga Benário Prestes – CECAPE.

O curso foi desenvolvido em regime de alternância, articulando tempos educativos no CECAPE e nas comunidades de origem das professoras educandas. Esses tempos, embora realizados em espaços distintos, foram pensados de forma integrada. A matriz curricular organizou-se em “eixos suleadores”, distribuídos em cinco círculos de cultura, que correspondiam às etapas presenciais do curso e aos temas geradores, favorecendo uma aprendizagem espiralada, dialógica e omnilateral. De acordo com o Projeto Metodológico do Curso (2016):

O articulamento desta proposta chega ao sentido de fortalecer a função social das ciências estabelecendo a dimensão ambiental como núcleo, sem se limitar a ser multidisciplinar entre as diversas áreas do saber, mas também na transversalização de várias entidades, pessoas e sonhos. (Promet, 2016, p.03).

O curso atendeu educadoras do campo da Região Centro-Oeste, sendo a maioria das participantes oriunda do estado de Mato Grosso. A proposta foi pensada para educadores e educadoras em atuação nas escolas do campo. A Educação Ambiental Campesina apresenta especificidades que ultrapassam a formação convencional do educador ambiental, pois se vincula diretamente às comunidades de agricultores camponeses, assentados e quilombolas, assumindo caráter transdisciplinar e territorializado.

A Educação Ambiental, articulada à Educação do Campo, contribui para a emancipação dos sujeitos do campo e fortalece sua relação com o meio ambiente. A necessidade de inserir essa dimensão nas escolas do campo motivou a criação do curso

de Educação Ambiental Campesina. Trata-se de uma proposta que busca construir a escola do campo com os próprios sujeitos do campo, discutindo a preservação ambiental, a convivência socioambiental e sociocultural e os desafios dos territórios camponeses. Nesse processo, a escola torna-se espaço de socialização de saberes e de diálogo com o conhecimento científico. O curso aborda questões presentes na vida dos camponeses e problematiza, em perspectiva materialista, histórica e dialética, as contradições dos diferentes modelos de campo. Nesse sentido, uma educadora ambiental campesina da Escola Estadual Ernesto Che Guevara afirma:

A formação em Educação Ambiental Campesina é uma excelente oportunidade de adquirir um conhecimento teórico e prático que possibilite desenvolver aulas que explorem o ambiente local, enquanto escola e comunidade que fortalece nossos educandos na vida escolar e fora da escola como cidadãos para a sociedade que estão inseridos. (Educadora A, 2018)

Nesse contexto, a formação de educadores ambientais do campo torna-se estratégica para ampliar a leitura crítica da realidade e fortalecer práticas pedagógicas vinculadas à vida concreta dos sujeitos. Mais do que inserir temas ambientais no currículo, trata-se de compreender os conflitos, as formas de produção, os modos de vida e as resistências presentes nos territórios camponeses, articulando conhecimento científico, saberes populares e ação coletiva.

A perspectiva assumida neste trabalho compreende a educação como prática social e política. Nessa direção, a Educação Ambiental Campesina dialoga com a pedagogia freiriana ao recusar práticas educativas bancárias, mecânicas e descontextualizadas, defendendo processos formativos baseados no diálogo, na problematização da realidade e na práxis transformadora. Assim, a formação continuada contribui para que as educadoras analisem criticamente os problemas socioambientais vividos pelas comunidades e construam respostas pedagógicas coletivas.

Os assentamentos e as comunidades camponesas convivem com problemas ambientais recorrentes, que precisam ser enfrentados de forma coletiva. Entre esses desafios estão a identificação de conflitos socioambientais, a denúncia de

práticas que degradam o meio ambiente, como queimadas, desmatamento, poluição por agrotóxicos e resíduos agroindustriais, além da defesa e ampliação das áreas protegidas. O território camponês é lugar de produção e reprodução da vida; por isso, a responsabilidade dos sujeitos do campo diante dessas questões se amplia. A Educação do Campo não se restringe à sala de aula, pois se relaciona com dimensões centrais da vida camponesa: produção, lutas, conquistas, educação, meio ambiente e políticas públicas.

Trabalhar a Educação Ambiental nas escolas do campo significa criar condições para que educandos e educandas reflitam sobre a própria realidade, desenvolvam uma postura crítica e reconheçam sua capacidade de intervir no território em que vivem. Ao transformar a realidade, também se transformam como sujeitos históricos.

Ao incluir as temáticas ambientais no cotidiano escolar, compreende-se a Educação Ambiental como possibilidade de transformação da realidade objetiva. Essa perspectiva permite construir uma proposta pedagógica que articule escola do campo e comunidade. Para isso, exige dos educadores aprofundamento teórico e domínio de formas de interação com os educandos, capazes de traduzir o sentido crítico e emancipatório da Educação Ambiental em práticas pedagógicas concretas.

2 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

A pesquisa desenvolvida neste artigo é de natureza qualitativa, pois busca compreender os sentidos produzidos pelas educadoras do campo a partir de suas experiências formativas e de suas práticas pedagógicas em Educação Ambiental Campesina. Essa abordagem permite analisar a realidade em sua complexidade, considerando as relações entre escola, comunidade, território, trabalho, cultura e meio ambiente, sem separar os sujeitos de suas condições históricas e sociais.

O estudo assume inspiração na pesquisa participante, uma vez que parte da relação direta com a escola do campo, com as educadoras e com o processo formativo

vivenciado no Curso de Especialização em Educação Ambiental Campesina. A escolha por esse caminho metodológico dialoga com a perspectiva freiriana de investigação, na qual conhecer a realidade implica problematizá-la coletivamente, escutar os sujeitos envolvidos e reconhecer seus saberes como parte constitutiva da produção do conhecimento.

O lócus da pesquisa é a Escola Estadual Ernesto Che Guevara, localizada no Assentamento Antônio Conselheiro, no município de Tangará da Serra, Mato Grosso. A escolha dessa escola justifica-se por sua trajetória de luta pela Educação do Campo, por sua vinculação com a comunidade assentada e pela participação de educadoras da instituição no curso de formação continuada em Educação Ambiental Campesina.

Os sujeitos da pesquisa são educadoras do campo que atuam na Escola Estadual Ernesto Che Guevara e que participaram do processo formativo analisado. Suas falas, experiências e reflexões são compreendidas como elementos fundamentais para interpretar como a formação continuada contribuiu para a reorganização das práticas pedagógicas, para a inserção dos temas socioambientais no cotidiano escolar e para o fortalecimento da relação entre escola e comunidade.

Para a produção das informações foram considerados registros do percurso formativo, observações das práticas pedagógicas, relatos das educadoras, documentos do curso e materiais produzidos no contexto da formação. Também foram analisados textos que fundamentam a Educação do Campo, a Educação Ambiental crítica e a formação continuada de educadores, de modo a articular os dados da experiência com o referencial teórico que sustenta a pesquisa.

A análise dos dados foi orientada por uma perspectiva materialista, histórica e dialética, por compreender que a realidade educacional e socioambiental do campo é atravessada por contradições, disputas de projetos e processos históricos de luta. Assim, as informações foram interpretadas a partir da relação entre totalidade e particularidade, buscando compreender como a experiência da escola expressa questões mais amplas da Educação do Campo, da formação docente e dos conflitos

socioambientais nos territórios camponeses.

O percurso metodológico, portanto, não se limita à descrição de procedimentos técnicos. Ele expressa uma opção política e epistemológica pela produção de conhecimento comprometida com os sujeitos do campo, com a valorização de seus saberes e com a transformação da realidade. Nessa direção, investigar a formação continuada em Educação Ambiental Campesina significa também compreender a escola como espaço de resistência, organização coletiva e construção de práticas educativas emancipadoras.

3 A ESCOLA ESTADUAL ERNESTO CHE GUEVARA NO ASSENTAMENTO ANTÔNIO CONSELHEIRO

A Escola Estadual Ernesto Che Guevara é resultado da luta coletiva das famílias assentadas no Assentamento Antônio Conselheiro. Sua criação expressa a força da organização comunitária e da atuação do MST na busca por terra, trabalho, educação e dignidade.

A constituição do Assentamento Antônio Conselheiro está relacionada ao processo histórico de ocupação do território mato-grossense, marcado por migrações, disputas por terra e organização coletiva dos trabalhadores rurais. A chegada do MST à região médio-norte de Mato Grosso fortaleceu a luta pela reforma agrária e pela criação de condições dignas de permanência no campo, incluindo o direito à escola, ao trabalho e à produção da vida.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) chegou à região médio-norte de Mato Grosso e se concentrou nos municípios de Tangará da Serra, Nova Olímpia e Barra do Bugres. Em 1996, vinte núcleos com mais de cinquenta famílias cada um, somando cerca de 1.150 famílias, acamparam às margens da BR 358 no município de Nova Olímpia, por força do trabalho de conscientização e mobilização dos trabalhadores e trabalhadoras do MST. As famílias permaneceram acampadas em barracos de palhas cobertos por folhas de coqueiro por quase três anos, passando por diversos problemas internos e por muitas dificuldades e luta, mesmo depois do sorteio dos lotes. (Gonçalves, 2017, p. 27)

O Assentamento Antônio Conselheiro possui mais de 37.000 hectares e abrange os municípios de Nova Olímpia, Tangará da Serra e Barra do Bugres. Desse total, cerca de 10.000 hectares correspondem a áreas de preservação ambiental. As parcelas do assentamento têm, em média, um módulo rural mato-grossense, equivalente a aproximadamente 15 alqueires (73ha). Considerado um dos maiores assentamentos da América Latina, apresenta parcelamento em formato de raio de sol, o que favorece o acesso à infraestrutura, à distribuição de água, à energia elétrica, ao posto de saúde, ao transporte escolar e à redução da extensão das estradas internas.

O assentamento conta com três escolas do campo: Escola Estadual Paulo Freire, Escola Estadual Ernesto Che Guevara e Escola Estadual Marechal Rondon. Neste estudo, a atenção volta-se especificamente para a Escola Estadual Ernesto Che Guevara, que teve oito professoras participantes da especialização em Educação Ambiental Campesina. A escola nasceu da mobilização da comunidade pelo direito à Educação do Campo. Em 1998, a Prefeitura de Tangará da Serra, atendendo às reivindicações locais, doou uma escola de madeira que estava desativada. Com a colaboração dos assentados, a estrutura foi reconstruída e, em 2005, inaugurou-se o novo prédio de alvenaria. Gonçalves (2017) afirma que:

A partir desse momento, a retomada do ensino noturno possibilitou a volta dos assentados à escola e o aumento de mais de 50% no número de estudantes. Foi também naquele ano que a escola obteve, depois de tentativas frustradas nos anos anteriores, a oficialização do nome “Ernesto Che Guevara” [...] No ano seguinte, chegaram professores efetivos à escola, trazendo vantagens e limites: por um lado, o assentamento passou a contar com profissionais qualificados de distintas áreas do conhecimento, mas eles não estavam relacionados à dinâmica de luta da escola, tendo impacto no processo histórico de sua construção. (Gonçalves, 2017, págs. 40 e 41)

A Escola Estadual Ernesto Che Guevara conta com um coletivo de professoras e professores atuantes, que desenvolvem o trabalho pedagógico de forma coletiva e em diálogo com a comunidade, a luta pela Reforma Agrária, a juventude, o meio ambiente, os movimentos sociais e as parcerias institucionais. A gestão escolar é composta por educadoras do campo, algumas egressas da Licenciatura em Educação

do Campo, outras integrantes da própria comunidade e participantes da luta pelo assentamento e pela escola. Nesse contexto, a educação é compreendida como processo de humanização. Como sujeitos históricos, as educadoras levam para a sala de aula experiências coletivas e uma concepção de campo como espaço de produção da vida, e não apenas de mercadorias. Nessa direção, afirma-se que o papel da escola é tratar o conhecimento como ferramenta de emancipação:

A especificidade do papel da escola no trato com o conhecimento deve ser exercida de modo permitir aos estudantes que formem/transformem sua visão de mundo e aprendam a analisar a realidade em vista de organizar a ação necessariamente coletiva de transformá-la. (Caldart, 2010, p. 185)

Essa concepção entende a educação como ferramenta de transformação social, por meio de um trabalho pedagógico que atribui sentido aos diferentes saberes e se enraíza no cotidiano dos sujeitos que constituem a escola.

4 A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA DE EDUCADORES DO CAMPO

Para compreender a importância da formação continuada de educadores do campo, é necessário considerar os projetos de campo em disputa. De um lado, o agronegócio se organiza pela concentração da terra, pelo uso intensivo de insumos externos, pela monocultura e pela subordinação da natureza à lógica da mercadoria. De outro, a agricultura camponesa afirma a terra como território de vida, trabalho, cultura, memória, produção de alimentos e reprodução social das famílias.

Nesse cenário, a Educação do Campo emerge como parte das lutas sociais por terra, escola, trabalho, cultura, soberania alimentar e democratização do conhecimento. Ela não se reduz à oferta escolar em áreas rurais; ao contrário, reivindica uma educação construída desde os interesses, necessidades e formas de vida dos povos do campo. Por isso, a escola do campo assume papel central na formação crítica dos sujeitos e na construção de práticas pedagógicas vinculadas ao território.

A Educação do Campo nasce desse contexto: dos conflitos pela terra, das áreas em disputa e dos territórios conquistados, sejam eles assentamentos da reforma agrária ou comunidades tradicionais camponesas. Com ela também emergem as lutas por escolas do campo. Essa escola possui especificidades próprias e sua simples universalização não garante que esteja, de fato, voltada aos interesses dos camponeses e camponesas. Segundo Molina e Sá, “[...] ela se coloca numa relação de antagonismo às concepções de escola hegemônicas e ao projeto de educação proposto para a classe trabalhadora pelo sistema do capital” (Molina e Sá, 2012, p.326).

A Educação do Campo surge das lutas dos movimentos sociais e se articula a espaços que ultrapassam a sala de aula. Trata-se de um processo de produção de conhecimento com identidade própria, que contribui para a formação de sujeitos coletivos e para a afirmação de sua existência social. Caldart reafirma essa compreensão ao destacar:

O povo brasileiro que vive e trabalha no campo tem uma raiz cultural própria, um jeito de viver e de trabalhar, distinta do mundo urbano, e que inclui diferentes maneiras de ver e de se relacionar com o tempo, o espaço, o meio ambiente, bem como de viver e de organizar a família, a comunidade, o trabalho e a educação. E nos processos que produzem sua existência vão também se produzindo como seres humanos. (Caldart, 2012).

A formação continuada, nesse contexto, permite às educadoras revisar suas práticas, articular diferentes áreas do conhecimento e aproximar o currículo das questões vividas pelos estudantes e suas comunidades. Ela favorece a reflexão coletiva sobre metodologias, conteúdos e finalidades da escola, contribuindo para que os temas socioambientais deixem de ser atividades pontuais e passem a compor o projeto político-pedagógico da instituição.

Nesse horizonte, a formação de educadores precisa ser compreendida como formação de intelectuais orgânicos da classe trabalhadora, sujeitos capazes de interpretar a realidade, atuar coletivamente e participar da construção de outros projetos de sociedade.

Como formação de educadores ambientais, o curso de especialização assume uma concepção totalizante. Ele rompe com a ideia de qualificação meramente instrumental e afirma uma formação centrada no ser humano, em seu processo de humanização e emancipação. A atuação do professor comprometido com a luta torna-se perceptível quando ele estabelece relações entre escola, comunidade, educadores e movimentos sociais, pois “para se transformar o mundo, é preciso transformar a prática” (Curado, 2012, p. 13).

Essa formação tem demonstrado que o trabalho coletivo pode romper barreiras e ampliar as possibilidades de atuação da escola. O processo de construção da Educação Ambiental do Campo, da formação de educadores do campo e da formação por área configura-se como ação contra-hegemônica, pois valoriza o contexto histórico, cultural e social da produção da vida dos sujeitos camponeses. Uma educadora da Escola Estadual Ernesto Che Guevara, participante do curso de formação continuada em Educação Ambiental Campesina, afirma que “para se apropriar dos conhecimentos culturais, não só dos científicos, o curso nos permitiu a ampliação para colaborar na permanência do sujeito do campo no campo” (Educadora B, grifo meu). Ela complementa que o curso possibilitou “trabalhar as práticas pedagógicas e interdisciplinares, levando para o educando que o campo é um espaço de desenvolvimento sustentável para sua permanência” (Educadora B).

A partir da formação na LEdoC, os educandos desenvolvem uma relação mais orgânica com a escola e a comunidade, em um processo de ação e reflexão sobre a realidade. Ao intervir nessa realidade, também se transformam como educadores. Esse percurso favorece uma concepção de formação docente que considera os saberes, a cultura e a vida dos camponeses, modificando o modo de compreender a docência e aproximando a prática pedagógica do território em que vivem.

Dessa forma, coloca-se a necessidade de dialogar com os inúmeros saberes dos sujeitos do campo, na perspectiva de superar as contradições da forma escolar atual e construir a escola desejada como espaço de apropriação da ciência sistematizada pela

classe trabalhadora. Como afirma Freitas, “O conteúdo da escola é preliminarmente o conteúdo da vida, do meio natural e social, sistematizado na forma de conceitos, categoria e procedimentos pelas ciências” (Freitas, 2010, p. 03).

A escola dos trabalhadores do campo demanda especificidades próprias. Por ser fruto da luta, sua universalização não garante, por si só, que esteja voltada aos interesses dos camponeses e camponesas. A relação desses sujeitos com a terra envolve produção e reprodução da existência, mediadas pelo trabalho e pela relação com o meio ambiente.

O objetivo da Educação do Campo, na escola do campo, é contribuir para a construção da organização escolar e do trabalho pedagógico. Para isso, tornou-se necessária a formação específica de educadores e educadoras. A organização do trabalho pedagógico nas escolas do campo parte da compreensão de que a educação só ganha sentido quando eleva o nível de consciência das populações camponesas e contribui para a transformação da sociedade. Por essa razão, a Educação do Campo atravessa as relações sociais, o trabalho e o conhecimento científico.

Nas relações sociais presentes nas práticas dos educandos, a participação da escola e da comunidade torna-se parte da ação educativa. O educador precisa considerar as vivências, a cultura e o meio em que os estudantes estão inseridos. A presença dos movimentos sociais, das lutas e dos conflitos socioambientais compõe o cotidiano do campo e precisa ser vivenciada, interpretada e levada para a escola de alguma forma.

A Educação Ambiental integra o movimento de formação do sujeito ecológico e se caracteriza como prática voltada à conscientização sobre a finitude dos recursos naturais e à promoção de ações sociais transformadoras. Nessa perspectiva, busca contribuir para a construção de uma sociedade justa e ambientalmente sustentável, com mudança da matriz produtiva e implantação de uma agricultura de base agroecológica nas comunidades camponesas. A preocupação com o futuro da vida e com a qualidade

da existência das presentes e futuras gerações torna-se ainda mais urgente diante da crise ambiental e do passivo ecológico presente em muitos assentamentos.

A mudança da matriz produtiva implica uma mudança de paradigma. Ela exige que agricultores camponeses construam uma nova compreensão da agricultura de base agroecológica, reconhecendo-a como prática transformadora e emancipadora. Esse processo leva as famílias a repensarem suas atividades cotidianas e a desenvolverem formas de produzir alimentos articuladas à preservação ambiental, à geração de renda, ao autoconsumo, à segurança alimentar, à qualidade de vida e à sustentabilidade, reduzindo a dependência de insumos externos.

Articulada à Educação do Campo e às lutas dos movimentos sociais, a Educação Ambiental coloca o desafio de construir práticas pedagógicas capazes de produzir sentidos no cotidiano dos educandos, dentro e fora da escola. Seu potencial está em renovar o sistema de ensino por meio da reorganização dos conteúdos escolares e das práticas cotidianas, em uma perspectiva interdisciplinar e omnilateral.

5 A FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A PRÁTICA PEDAGÓGICA NAS ESCOLAS DO CAMPO

A formação continuada influencia diretamente a prática pedagógica, pois amplia as possibilidades de leitura crítica do cotidiano escolar e fortalece o vínculo entre teoria e prática. Ao reconhecer professoras e professores como sujeitos históricos e produtores de conhecimento, a Educação Ambiental Campesina rompe com modelos formativos meramente técnicos e reforça a docência como trabalho intelectual, coletivo e comprometido com a transformação social.

Neste momento histórico é preciso focar a atenção no significado de cada concepção, procurando ter clareza do projeto político que defende e quais intenções esta concepção revela. Uma formação de professores voltada para a reflexão na prática, tendo esta como eixo articulador, pode significar avanços no sentido de relacionar teoria e prática, proporcionando autonomia e preocupação com a formação da classe trabalhadora para a qualidade e emancipação. (Curado, 2012, p. 07)

Está posto aos educadores o desafio de compreender os processos que acontecem dentro e fora da escola, especialmente quando ela estabelece vínculos orgânicos com outros espaços de formação de sujeitos coletivos e quando os movimentos sociais ocupam a escola e também se ocupam dela. Nessa relação, a formação das novas gerações passa a integrar a práxis política e pedagógica da Educação do Campo e da Educação Ambiental.

Compreender a formação de educadores para além da função docente imediata, reconhecendo-os como intelectuais orgânicos da classe trabalhadora e sujeitos históricos, é uma necessidade fundamental. Não se trata apenas de sujeitos determinados pela história, inseridos em determinado contexto e cultura, mas de sujeitos que fazem história, compreendem e atuam sobre sua realidade, em diferentes espaços de produção do conhecimento, formação e vivências coletivas. Sobre essa perspectiva da Educação Ambiental nas práticas da Educação do Campo, uma educadora afirma:

Essa prática pedagógica trabalha de forma dinâmica e coletiva com a comunidade e o movimento social. Sabemos que os desafios são grandes, mas, nesse processo, construímos uma troca de conhecimentos, principalmente sobre os fenômenos culturais e naturais de cada ciclo da vida. (Educadora B)

O sentido da formação está em promover uma prática docente fundamentada na práxis, isto é, na unidade entre ação, reflexão e nova ação. Essa compreensão permite superar tanto o ativismo desarticulado de fundamentos teóricos quanto a teoria afastada da realidade concreta. Ao estudar a vida, o trabalho, os conflitos socioambientais e as formas de organização comunitária, a escola passa a produzir conhecimentos que dialogam com os desafios vividos pelos educandos.

É a teoria que possibilita, de modo indissociável, o conhecimento da realidade e o estabelecimento de finalidades para sua transformação. No entanto, para produzir tal transformação, não é suficiente a atividade teórica, é preciso atuar praticamente sobre a realidade. A prática, porém, não se basta a si mesma; se isto acontece, fica situada passivamente numa atitude acrítica em relação a ela mesma e perde sua capacidade transformadora, tornando-se aderência e, apesar de algumas inovações que possa apresentar na aparência, sua essência é de conservação do real. É na unidade teoria e prática que pode haver uma práxis transformadora da realidade. (Curado, 2012, p. 11).

A formação em Educação Ambiental Campesina, portanto, afirma-se como prática contra-hegemônica. Ela reconhece que o campo brasileiro é atravessado por conflitos de projeto e que a escola pode contribuir para a construção de alternativas baseadas na agroecologia, na cooperação, na justiça social e na defesa dos bens comuns. Esse processo permanece em construção e depende da organização coletiva das educadoras, dos estudantes, das famílias e dos movimentos sociais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada evidencia que a formação continuada em Educação Ambiental Campesina contribuiu para ampliar a compreensão das educadoras sobre a relação entre escola, comunidade, território e meio ambiente. Na Escola Estadual Ernesto Che Guevara, essa formação fortaleceu práticas coletivas, interdisciplinares e comprometidas com a realidade do assentamento, aproximando os conteúdos escolares dos problemas concretos vividos pelos sujeitos do campo.

A prática educativa em uma escola do campo exige articulação entre conhecimento científico, saberes populares, cultura camponesa e ações comunitárias. A Educação Ambiental, quando integrada à Educação do Campo, deixa de ser uma atividade isolada e passa a orientar processos de leitura crítica do território, identificação de conflitos socioambientais e construção de alternativas coletivas de cuidado com a vida.

A Educação Ambiental, articulada à Educação do Campo, responde a essa demanda ao assumir ações contra-hegemônicas e de enfrentamento ao modelo capitalista de destruição ambiental. A Escola Estadual Ernesto Che Guevara realiza essa articulação ao investir na formação de seus educadores e ao atuar de maneira coletiva. A Educação do Campo, além de propor a transformação da forma escolar e das relações sociais na escola, possui grande capacidade de dialogar com outros setores da sociedade.

Quando a Educação Ambiental parte da escola do campo, o debate alcança as comunidades e se amplia para outros espaços de organização e luta. Ainda assim, a formação continuada de educadores do campo permanece como uma necessidade urgente. O esvaziamento das políticas públicas, os retrocessos recentes, a perseguição aos movimentos sociais e o enfraquecimento do PRONERA colocam esse campo em situação de alerta. Caso tais retrocessos persistam, as conquistas históricas da Educação do Campo estarão profundamente ameaçadas. Cabe aos movimentos sociais manter a resistência, a organização e a luta para preservar e ampliar esses avanços.

Conclui-se que a formação continuada de educadores ambientais camponeses é uma necessidade política e pedagógica para as escolas do campo. Ao fortalecer a autonomia docente, o trabalho coletivo e a relação escola-comunidade, ela contribui para enfrentar práticas educativas fragmentadas e para afirmar uma educação comprometida com a emancipação humana, a sustentabilidade socioambiental e a permanência digna dos povos do campo em seus territórios.

REFERÊNCIAS

CALDART, Roseli Salete. (Org.). **Caminhos para transformação da escola. Reflexões desde práticas da Licenciatura em Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

CALDART, Roseli Salete. **Sobre a especificidade da Educação do Campo e os desafios do momento atual**, Rio Grande do Sul: 2015. (Mimeo).

CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo. In: CALDART, R. S. et al. (Orgs.). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012, p. 257-265.

CURADO, Kátia Augusta. **Políticas Públicas na Formação de Professores e a Relação Teoria e Prática: Um Debate com Gramsci**. In Avaliação de Políticas Públicas de Educação. Célio da Cunha, José Vieira de Sousa, Maria Abádia da Silva (Orgs.). Brasília. Faculdade de Educação. Líber Livro. 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17 edições, Rio de Janeiro, Paz e terra. 1987.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A Escola Única do Trabalho**. ITERRA. Veranópolis. 2010.

GONÇALVES, Angélica de Souza. BRICK, Elizandro Maurício. **Ensino de Ciências da Natureza e Matemática a partir da realidade do Assentamento Antônio Conselheiro, Tangará da Serra/MT**: reflexões sobre uma prática de Educação do Campo inspirada na perspectiva freiriana. In Licenciaturas em Educação do Campo e o ensino de Ciências Naturais: desafios à promoção do trabalho docente interdisciplinar Volume II. Monica Castagna Molina (Orgs), Brasília – DF, Editora UNB, 2017.

MIRANDA, Valdoilson da Cruz de. BRICK, Elizandro Maurício. **O ensino de Ciências da Natureza e Matemática e a perspectiva freiriana na Escola do Campo**: reflexões sobre uma experiência no Assentamento Antônio Conselheiro, Barra do Bugres/MT. In: Licenciaturas em Educação do Campo e o ensino de Ciências Naturais: desafios à promoção do trabalho docente interdisciplinar Volume II. Monica Castagna Molina (Orgs), Brasília – DF, Editora UNB, 2017.

MOLINA, Mônica Castagna.; SÁ, Laís Mourão. Escola do Campo. In : CALDART, R. S. et al. (Orgs.). Dicionário da Educação do Campo. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2012, p. 324-331.

SANTOS, Elizana Monteiro dos. LOPES, Eloísa Assunção de Melo. MOLINA, Mônica Castagna. **A formação continuada de educadores do campo e as práticas educativas contra-hegemônicas no Projovem Campo - Saberes da Terra, do Distrito Federal**. In: Licenciaturas em Educação do Campo e o ensino de Ciências Naturais: desafios à promoção do trabalho docente interdisciplinar Volume II. Monica Castagna Molina (Orgs), Brasília – DF, Editora UNB, 2017.

UFMT, Universidade Federal do Mato Grosso. **Projeto Metodológico do Curso de Especialização em Educação Ambiental Campesina** – PROMET, Cuiabá – MT: UFMT, 2016. (Mimeo).

UFMT. Edital do Curso de Especialização em Educação Ambiental Campesina. Cuiabá: UFMT, 2015.

DECLARAÇÕES

Contribuição de Autoria

1 – Elizana Monteiro Santos

Doutorado em Educação pela Universidade de Brasília
<https://orcid.org/0000-0002-3378-3799> • elizana.monteiro@ufma.br
Contribuição: Acréscimos de escrita e revisão do texto.

Conflito de Interesse

Os autores declararam não haver conflito de interesses.

Disponibilidade de dados de pesquisa e outros materiais

Dados de pesquisa e outros materiais podem ser obtidos entrando em contato com os autores.

Direitos Autorais

Os autores dos artigos publicados pela Revista Sociais e Humanas mantêm os direitos autorais de seus trabalhos e concedem à revista o direito de primeira publicação, sendo o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença Creative Commons Atribuição (CC BY-NC-ND 4.0), que permite o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria e publicação inicial nesta revista.

Verificação de Plágio

A revista mantém a prática de submeter todos os documentos aprovados para publicação à verificação de plágio, utilizando ferramentas específicas, como Turnitin.

Editor - chefe

José Renato Ferraz da Silveira

Como citar este artigo

SANTOS, E. M. A formação continuada de educadoras do campo da Escola Ernesto Che Guevara – MT em educação ambiental campesina. **Revista Sociais e Humanas**, Santa Maria, v. 39, n. 1, e97306, 2026. DOI: 10.5902/2317175897306. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2317175897306>.